

Política

À ESPERA DE RECURSOS

WILTON JÚNIOR



Duplicação de rodovia

Por três anos, moradores dos bairros às margens da BR 101 Norte, como Santa Cruz e Canivete, em Linhares, passaram por transtornos devido à paralisação das obras de duplicação da rodovia. A obra recebe repasse da União.

“Ficamos por três anos aguardando pela obra, agora esperamos que o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) cumpra o calendário”, disse o motorista João Imberti.

Segundo o Dnit-ES, as obras serão concluídas em novembro.

JULIO HUBER



Obra do posto de saúde parada

Distante do centro de Domingos Martins, o distrito de Pedra Azul, que busca a emancipação, está com a construção de uma sede do posto de saúde parada, dependendo de repasses. “A situação desta obra é um absurdo. Enquanto essa

obra está parada, há anos, a prefeitura paga aluguel do local onde funciona o atual posto de saúde. Os moradores estão revoltados”, reclamou a lavradora Mirian Ricarte.

A prefeitura informou que a obra está em replanejamento.

Para Theodorico, prefeitos estão com “pires nas mãos”

Doze distritos querem se tornar municípios. As propostas estão na Assembleia aguardando o Congresso regulamentar a questão e autorizar os deputados estaduais a votarem as emancipações. Contudo, no Legislativo estadual o clima passou a ser e cautela.

“O assunto exige cautela. Não podemos discutir politicamente ao bel-prazer de lideranças apaixonadas pela causa”, enfatizou o presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM), que está com todos os processos em seu gabinete.

Mesmo favorável à emancipação de Itaoca Pedra, em Cachoeiro, o democrata indaga se as novas cidades conseguem atingir uma arrecadação própria suficiente.

“Hoje, municípios que sempre tiveram uma infraestrutura pronta não conseguem manter a máquina. Os prefeitos ficam com ‘os pires nas mãos’ com os governos estadual e federal”, destacou o democrata, citando ainda que a redução da alíquota do Fundo do Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) já representou um desgaste considerável para as administrações municipais.

Entre 1980 e 1996 — data que foi proibida a criação de municípios até a elaboração de uma lei única

para todo o País — foram criados, ao todo, 25 municípios. “No passado existia condição legal. Hoje não há”, disse o democrata, que ajudou e criou Atilio Vivacqua e Presidente Kennedy.

Se por um lado ter novos municípios gera necessidade de cargos; por outro, traz consigo autonomia política e financeira ao distrito.

Prefeitos das cidades mais jovens do Estado, ouvidos pela reportagem, mesmo contrários às novas criações, afirmam que as emancipações de suas cidades trouxeram desenvolvimento.

QUEREM SE EMANCIPAR

DISTRITO	MUNICÍPIO
Campo Grande	Cariacica
Santa Cruz	Aracruz
Pedra Azul	Domingos Martins
Itaoca	Cachoeiro
Guriri	São Mateus
Nestor Gomes	São Mateus
Braço do Rio	C. da Barra
Bebedouro e Desengano	Linhares
Piaçu	Muniz Freire
Pequiá	Iúna
Ibituba	Baixo Guandu
Paulista	Barra de São Francisco

Obs.: Regiões que possuem pedido oficial

FONTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

“É loucura discutir criação de novos municípios”

ADRIANO HORTA - 05/07/2011

Embasado em dados técnicos, o vice-presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), o conselheiro Sérgio Aboudib, é enfático: “A situação não está boa. É loucura discutir a criação de municípios.”

A afirmação vem seguida de uma explicação: só este ano, o tribunal já expediu 21 pareceres de alertas — ferramenta usada para chamar a atenção dos prefeitos quando a arrecadação não atinge o esperado ou os gastos com pessoal estão se aproximando do limite autorizado pela lei.

Houve municípios que, no primeiro bimestre de 2013, não atingiram nem 60% de suas arrecadações costumeiras. “Já recebi prefeito que falou que não sabia se demitia 200 pessoas ou cortava 25% dos salários de todos os funcionários. Falei para ele fazer as duas coisas”, contou o conselheiro.

Ele ainda destacou: “Há lugares que nem deveriam ser municípios. A discussão (sobre emancipação) está fora de foco. Temos de debater possibilidade de fusão”.

Para a consultora e editora do anuário Finanças Capixabas, Tania Vilella, as dificuldades financeiras das cidades capixabas neste ano já eram esperadas. “Prevíamos uma queda de receita em média de 10% no ano corrente. Parece-me que vai ser confirmada”, afirmou.

A justificativa é a própria queda de receita, com a diminuição da alíquota do Fundo do Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e o fato da economia capixaba ser voltada para o comércio exterior, que passa por crise.

Mais do que apenas números, o professor universitário e advogado tributário Cláudio Colnago destaca que as consequências dos problemas financeiros refletem diretamente nas questões políticas.

“Imagina qual tipo de oposição



ABOUDIB defende fusões: “Há lugares que nem deveriam ser municípios”

um prefeito (de um partido fora da aliança dos governos federal e estadual) pode fazer se depende de verbas do governo. Isso é um dos motivos da oposição ser tão enfraquecida no País”, criticou.

O projeto de lei aprovado pela Câmara no início do mês, e que segue para o Senado, define regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, reabrindo a possibilidade de emancipação de bairros e distritos pelas assembleias legislativas.

ANÁLISE

Hugo Brandião,
professor universitário
e especialista em
Gestão Pública



“Criar municípios não se justifica”

“A criação de novos municípios, seguindo critérios como os populacionais, é um grande equívoco na realidade econômica atual. Não se justifica a multiplicação de estruturas de governo para atender a estes possíveis novos municípios, tendo em vista a escassez de recursos públicos que deveriam ter melhor encaminhamento.

Na verdade, a realidade política e econômica exige uma racionalização permanente na alocação desses recursos, que poderia, inclusive, ser amenizada através da fusão de alguns atuais municípios, tendo em vista critérios pertinentes que não busquem atender apenas à criação de novos feudos políticos.

A pulverização de recursos implica no não atendimento das necessidades fundamentais do contribuinte. Dividir a miséria pode atender a interesses políticos escusos, mas não às demandas permanentes e crescentes da sociedade na saúde, educação e quaisquer outras necessidades que garantam, se atendidas, o mínimo de qualidade de vida compatível com os tributos pagos pelo cidadão”.

ENTENDA A TRAMITAÇÃO

Plebiscito antes de emancipar

O projeto

> O PROJETO de lei analisado pelo Congresso define regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, reabrindo a possibilidade de emancipação de

bairros e distritos pelas assembleias legislativas.

> PARA SE INICIAR o processo de criação é necessário, primeiramente, encaminhar à Assembleia Legislativa requerimento assinado por no mínimo 20% dos eleitores residentes na área a ser emancipada.

> NA REGIÃO SUDESTE, os municípios a serem criados devem ter população mínima de 12.145 habitantes.

> DEVE HAVER um estudo de viabilidade, a ser feito em 180 dias, para comprovação de capacidade econômica, político-administrativa, socioambiental e urbana. Também é exigida a comprovação de capacidade de aplicação mínima de recursos em educação (25%) e saúde (15%).

> APÓS, o processo vai para votação da Assembleia Legislativa. Se validado, há necessidade da realização de um plebiscito no município a ser criado.

ADRIANO HORTA - 11/06/2013



ASSEMBLEIA recebe os pedidos